

XIII Jornada Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC

Políticas públicas
educacionais: o que
esperar para o pós
pandemia?



EDUCANDÁRIO AMPARO SANTA CRUZ, O LUGAR ONDE “ESTE FILHO JAMAIS SERIA TOCADO PELA MÃE, NUNCA” (PORTO ALEGRE, 1940-1950)

Rafaela Limberger
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Eixo 2 – Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

Este estudo faz parte da minha dissertação de mestrado em Educação, que através da área da História da Educação tem enquanto temática o preventório Educandário Amparo Santa Cruz, o qual foi uma instituição que recebia os filhos dos pacientes do Hospital Colônia de Itapuã (HCI), instituição essa, que foi construída em 1940, para oferecer tratamento adequado da época para pessoas acometidas pela doença causada pelo bacilo de Hansen, conhecida por hanseníase e que anteriormente recebia a terminologia de Lepra. Desta forma, minha pesquisa tem como objetivo compreender como se constitui o Educandário Amparo Santa Cruz como espaço destinado a educação dos filhos dos pacientes internados com hanseníase, na década de 1940 a 1950.

No ano de 1923 o Brasil regulamentou a “prophylaxia de combate a lepra”, nesse decreto foram atribuídas as medidas que deveriam ser seguidas em todo o território nacional e seguindo as recomendações das conferências da época da necessidade e obrigatoriedade do isolamento dos pacientes diagnosticados com hanseníase. Segundo Quevedo (2005) as políticas públicas de combate à hanseníase estavam fundamentadas em três bases: A primeira se tratava dos dispensários, lugar onde as pessoas realizavam os exames e eram diagnosticadas pela doença. A segunda eram os hospitais colônias que funcionavam como uma minicidade, com o intuito de separar os pacientes do convívio em sociedade e fornecer o tratamento disponível na época. Como terceiro elemento da base estavam os preventórios, instituição que tinha como objetivo a educação, cuidado e a vigilância dos filhos dos pacientes encaminhados aos hospitais colônias ou que viessem a nascer dentro do hospital.

Os “hospitais Colônias” seguiam os modelos de leprosários criados na Europa. O objetivo era tratar e separar as pessoas acometidas pela doença da sociedade. Como na época os estudos científicos sobre a doença não davam conta de um tratamento eficaz, a melhor forma de prevenção era o isolamento. Por isso, os hospitais se caracterizavam como uma minicidade, separados pelas chamadas zonas “suja” onde deveriam ficar os pacientes e as zonas “limpas”, onde ficariam os funcionários do hospital. Possuíam igrejas, refeitório, cadeia, pavilhões de dormitórios, algumas casas, área de lazer e moeda própria.

Ao procurar compreender as medidas de criação dos preventórios, Monteiro (1998) explica que a criação dos preventórios se dá devido à preocupação que já existia na Europa dentro da área médica sobre a infância sadia. O assunto sobre os filhos dos pacientes de hanseníase teria sido discutido na Conferência de Bergen de 1909, em que se defendia a separação das crianças de seus pais, para não existir o risco de contágio: “Os filhos de leprosos ainda indemes do mal, devem ser separados dos seus paes o mais cedo possível e ficar em observação” (ARAÚJO, 1923, p. 72). O autor ainda deixa explícito que: “Nos principais leprosários modernos o casamento entre os doentes isolados é permitido, mas obrigatória a sequestração dos filhos indemes do mal” (ARAÚJO, 1923, p. 73). O Brasil, de acordo com esses ideais e atrelado a fortes políticas eugênicas da época, via nas crianças mais uma importante função: o futuro da nação.

Desse modo, surgiu a necessidade de investir nos projetos dos preventórios, pois não havia muitas informações sobre o contágio da hanseníase, acreditando-se que a criança, por ter contato com o foco da doença, poderia vir a desenvolvê-la ao longo do tempo. Portanto, com a instalação dos preventórios, as crianças seriam assistidas por pessoas sadias e o contato com os pais seria desestimulado (ALMEIDA et al., 2012).

Outra questão que contribuiu para o funcionamento dos preventórios foi o fato de que os pais, sentindo-se mais seguros, evitariam fugir dos hospitais colônias para se assegurar das condições dos filhos, pois, teoricamente, os filhos estariam recebendo toda a assistência necessária por parte do Estado.

Seguindo esse projeto nacional no Rio Grande do Sul foi criado em 11 de maio de 1940, o Hospital Colônia de Itapuã. Conforme Borges (2010), o HCI teria sido a primeira instituição hospital para pacientes com hanseníase no estado do Rio Grande do Sul, a construção sob o projeto de uma pequena cidade, com cerca de 172 prédios, precisaria ser afastada do convívio social foi feita no município de Viamão - RS, distante

aproximadamente 60 km da capital gaúcha, recebia através da internação compulsória pacientes de todo o estado gaúcho.

Em conjunto com o projeto do Hospital Colônia de Itapuã, conforme determinação, foi inaugurado em junho de 1940, o preventório Educandário Amparo Santa Cruz. O Educandário era localizado na cidade de Porto Alegre - RS, no bairro de Belém Velho, distante do hospital. Conforme Quevedo (2005), o Amparo Santa Cruz tinha capacidade para receber 150 crianças em uma área total de 25 hectares. Conforme análise inicial sobre as fontes, os meninos e as meninas dormiam em locais separados e algumas atividades eram destinadas apenas aos meninos, como carpintaria, marcenaria e outras apenas as meninas, como o curso de corte e costura, e atividades que auxiliassem no cuidado da casa. O contato com os pais pacientes acontecia esporadicamente, sem nenhum tipo de contato físico entre pais e filhos. As crianças eram colocadas em fileiras e uma cerca os separava de seus pais. Os filhos dos pacientes poderiam ficar na instituição até completar a maioridade, após isso, seriam liberados para seguir seu próprio caminho.

Desse modo, procurando a resolução do objetivo da pesquisa, está se utiliza da metodologia qualitativa através da Pesquisa Documental Histórica por se utilizar de documentos oficiais, fotografias e documentos jornalísticos, bem como, se utiliza da História Oral ao utilizar as narrativas de pessoas que tiveram algum tipo de relação com o preventório enquanto documento de análise. Nessa metodologia, portanto, a memória oral é tomada como documento, e, “[...] ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 2).

Isto posto, a História Oral utiliza fontes que “[...] são fragmentos de memória, retalhos descontínuos, decompostos, que, por meio da narrativa, ganham forma e consistência. Eles são remontados e socializados com o pesquisador para, depois, tornarem-se fragmentos novamente” (ESQUINSANI, 2012, p. 223).

Para além do conceito de memória, este estudo é fortemente arquitetado com base nas análises foucaultianas, entendendo a importância dos estudos foucaultianos para a história e para este trabalho que tem como intenção trabalhar a luz de Foucault com as práticas disciplinares. Visto que, o filósofo se atentou a olhar para a criação das instituições, e que para além da sociedade estar progredindo, estava se utilizando de mecanismos modernos de dominação dos sujeitos, Foucault se deteve a estudar os saberes e as práticas que estão relacionados nas instituições de isolamento.

Por fim, considerando que esta pesquisa está em desenvolvimento, tendo como previsão de término o primeiro semestre de 2022, afirma-se que o material já produzido nos dá pistas que vão ao objetivo da pesquisa. Destaca-se que relacionar o Preventório Educandário Amparo Santa Cruz com a História da Educação é um desafio teórico-metodológico, visto que, pode-se observar que essa instituição transcende como espaço escolar. Esse estudo exige um aprofundamento crítico e reflexivo, mas destaca-se a importância e a disseminação de estudos como este, já que, contribuem para práticas, políticas e ações em questões tão importantes como saúde-doença, educação e seus processos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Educandário Amparo Santa Cruz; Preventório; Educação

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suellen Santos Lima de et al. Maternidade e hanseníase: as vivências de separação devido ao isolamento compulsório. **Estud. psicol.**, Natal, v. 17, n. 2, p. 275-282, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ARAÚJO, Heraclides Cezar de Souza. **A Lepra: Modernos estudos sobre o seu tratamento e prophylaxia.** Belém - Pará: Typ. do Instituto Lauro Sodre, 1923.

BORGES, Viviane Trindade. Casamento, maternidade e viuvez: memórias e mulheres hansenianas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 109-125, 2010.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Entre percursos, fontes e sujeitos: pesquisa em educação e uso da História Oral. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 217-228, 2012.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. **Revista Saúde e sociedade**, v. 7, n. 1, p. 3-26, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

QUEVEDO, Everton Reis. **Isolamento, isolamento, e ainda isolamento: o Hospital**

Colônia Itapuã e o Amparo Santa Cruz na profilaxia da lepra no Rio Grande do Sul. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2005.